

**Ensaio de desfazimento e clamores por ordenamento: uma reflexão sobre o
tensionamento moral entre a escola e a família**

*Rehearsals of undoing and clamoring for order: a reflection on the moral tension
between school and family*

Lucas de Oliveira Carvalho
Dinamara Garcia Feldens
Universidade Federal de Sergipe – UFS
Aracaju/SE – Brasil

Resumo

Este artigo¹ tem por objetivo de fazer uma reflexão acerca da relação entre a escola e a família. Almeja-se mostrar como a transição de uma sociedade disciplinar para uma sociedade de controle tenciona as fronteiras das instituições disciplinares, suas bases morais e universais no que toca a produção de sentidos. Busca-se, também, elucidar como o movimento de transformação e mudança, típico de um aperfeiçoamento necessário das tecnologias de poder, gera, dentre outras coisas, diante do dissolvimento das fronteiras, clamores por uma ordem, por disciplina, pela norma, pela presença da autoridade.

Palavras-chave: moral; poder disciplinar; sociedade de controle.

Abstract:

This article aims to reflect on the relationship between school and family. It aims to show how the transition from a disciplinary society to a controlling society intends the boundaries of disciplinary institutions, their moral and universal bases when it comes to the production of senses. It is also sought to clarify how the movement of transformation and change, typical of a necessary improvement of the technologies of power, generates, among other things, before the dissolution of borders, clamors for an order, for discipline, for the norm, for the presence of authority.

Keywords: moral; disciplinary power; controlling society.

1. Introdução

Esse estudo foi fruto de uma pesquisa teórico/bibliográfica onde a partir dos estudos sobre o poder em Foucault, em especial o poder disciplinar, e a sociedade de controle em Deleuze buscamos levantar indícios de como o modelo escolar da modernidade tem sofrido diversas alterações nas relações de poder que sustentam esta instituição. E como essas novas dinâmicas de poder que surgem a partir de uma ideia de sociedade de controle mudam também o equilíbrio da relação entre a escola e outras instituições (como em nosso caso as relações entre a escola e a família) provocando lutas, disputas e tensionamentos. Nesse sentido fizemos uso também do pensamento de Nietzsche sobre a moral, por acreditarmos que é sobre o terreno de uma moral que essas lutas se desenvolvem e fincam suas raízes. Para trazer esses indícios, além do uso teórico e bibliográfico, fizemos uso da cartografia (desenvolvida por Deleuze e Guattari em Paris e trazida para o Brasil por Suely Rolnik) tendo em vista que nos ajudou na investigação processual da realidade na qual nos debruçamos. Foi sobre esse fazer teórico e cartográfico que nos dedicamos às reflexões que emergiam a partir das transformações no campo dos regimes de verdade, de saber/poder, das técnicas e das relações de poder referente ao modelo moderno de educação e de escola, mas que de alguma forma reflete também um traço das transformações sociais na atualidade.

A noção de verdade, desde os platônicos, mais esquematicamente a partir da modernidade, foi tratada como algo que estava exterior aos sujeitos, às sociedades, às instituições, aos saberes, ao poder. Como uma espécie de raridade, uma espécie de tesouro enterrado nas profundezas da existência humana, a verdade carregou por muito tempo um status e um valor universalista e, por isso, era vista como algo originário, puro e indivisível. Autores, como Michel Foucault, tiveram o trabalho, então, de buscar entender a verdade como uma construção, como um entrelaçamento permeado por saberes, instituições, modelos econômicos, formas, tecnologias e relações de poder. Foucault (2017), buscou compreender a verdade como um composto de diversas forças dentro de sistemas de poder capaz de regular a produção e a constituição não só dos sujeitos, mas, também, das

instituições, de saberes, de práticas e de formas de existência. É o que ele denominou de “regimes de verdade”.

Verdade, poder e saber estão diretamente entrelaçados, constituem-se e se retroalimentam. Nessa relação de troca, produzem tecnologias de poder e regimes de verdade, moldam sujeitos, criam modelos, gerem a vida, constituem formas organizativas de estar e de produzir no mundo. Em suma, produzem regimes de verdade e de poder que criam muita das vezes formas de hegemonia, mas formas estas sempre transitórias, pois sempre há choque de forças, sempre há resistência, sempre há a possibilidade de inversão na relação de forças existentes. Não fosse assim, não se preocuparia Foucault em estudar as tecnologias de poder, como o poder de soberania, o poder disciplinar, a biopolítica. Não se preocuparia o Gilles Deleuze em estudar o surgimento de uma sociedade de controle. A mudança ou o aperfeiçoamento das tecnologias de poder aponta as transitoriedades, as transformações e os surgimentos dos outros regimes de verdade, pois mesmo que continue existindo os profetas da verdade universal, há sempre aquilo que pode insurgir-se.

Não se trata de libertar a verdade de todo sistema de poder — o que seria quimérico à medida que a própria verdade é poder —, mas de desvincular o poder da verdade de formas hegemônicas (sociais, econômicas, culturais) no interior das quais ela funciona no momento. (FOUCAULT, 2017, p.54)

Se os regimes de poder e de verdade estão sujeitos às transformações e precipitações diante das disputas de forças existentes nessas relações. É no terreno da moral onde estas batalhas são travadas e onde emergem forças que tentam fixar, acomodar, estabilizar um conceito originário e hegemônico de verdade que ordena e condiciona outros regimes menores de força, outras formas de sentido e de interpretação sobre as coisas (NIETZSCHE,1998). É nesse campo onde se legitima práticas que se impõem como verdadeiras e essencializadas ao homem que na busca de se situar no mundo, agarra-se fervorosamente a esses castelos de areia. Nesse sentido, Nietzsche (1998) quando fala da ciência a coloca como uma cúmplice de um ideal ascético, assim como a moral cristã reduz o homem àquele que recusa a vida em nome da salvação eterna, uma moral científica coloca o homem contra a própria vida na medida em que, diante da infinidade de sentidos, reduz o próprio a pequenez e a docilidade da crença na universalidade da verdade.

Ambos, ciência e ideal ascético, acham-se no mesmo terreno – já o dei a entender – na mesma superestimação da verdade (mais exatamente: na mesma crença na inestimabilidade, incriticabilidade da verdade), e com isso são necessariamente aliados- de modo que, a serem combatidos, só podemos combatê-los e questioná-

Ensaio de desfazimento e clamores por ordenamento: uma reflexão sobre o tensionamento moral entre a escola e a família

los em conjunto. Uma avaliação do ideal ascético conduz inevitavelmente a uma avaliação da ciência: mantenham-se os olhos e ouvidos abertos para esse fato! (NIETZSCHE, 1998, p.141)

O homem e sua vontade de verdade é o homem em busca de sentido, sentido diante de si mesmo e diante da vida, é o homem que quer e precisa crer mesmo que seja no vazio, na ilusão, no nada (NIETZSCHE, 1998). É nesse aspecto, que as instituições disciplinares constituem seus regimes de verdade nos espaços em que atuam. A verdade produzida nesses lugares não se dá somente pelas técnicas disciplinares de poder, responsável pela ordenação e docilização dos corpos, passa, também, por uma via moral que faz com que os indivíduos organizados nesses espaços acreditem que as coerções e enquadramentos ali presentes são necessárias para algum fim.

Diante da produção desses regimes soberanos de verdades dentro das instituições, Foucault (2005) discute a emergência, ou melhor, a insurgência de “saberes sujeitados”. Por esses saberes, Foucault (2005) entende ser aqueles que estavam soterrados dentro de um conteúdo histórico, ou dentro das próprias instituições, saberes que estavam desqualificados à margem de toda uma construção conceitual, hierárquica e disciplinar. Na concepção de Foucault (2005) é a partir da eclosão desses saberes que será possível fazer a crítica aos antigos regimes de verdade. A insurgência desses “saberes sujeitados” darão conta de todo um movimento de descentralização do poder e conseqüentemente da verdade exercidos nessas instituições.

Trata-se da insurreição dos saberes. Não tanto contra os conteúdos, os métodos ou os conceitos de uma ciência, mas de uma insurreição sobretudo e acima de tudo contra os efeitos centralizadores de poder que são vinculados a instituição e ao funcionamento de um discurso científico organizado no interior de uma sociedade como a nossa. (FOUCAULT, 2005, p.15)

A insurreição desses “saberes sujeitados” promove trepidações no solo das instituições que até agora estavam assentadas dentro de uma concepção central e soberana de exercício de poder. As instituições, umas mais que outras, serão invadidas por uma amalgama de novas condições de possibilidade que se chocam e põem em xeque antigas estruturas. A potência desse movimento abre furos na rigidez dentro da mecânica de funcionamento das instituições que, nesse momento, estavam sendo atingidas em cheio em suas bases de sustentação. Sendo assim, a emergência de novas verdades ameaça a

existência da concepção de uma verdade única e central. Este descentramento produzido – atrelado às transformações do capitalismo, logo, também, atrelado à forma de produção – exigiu a criação de novos mecanismos de captura que pudessem dar conta da manutenção da tutela sobre o sujeito. A sociedade de controle surge então como o aperfeiçoamento da disciplina.

A lógica do controle produz uma vigilância horizontalizada de uns sobre os outros e de cada um sobre si mesmo de uma forma contínua e ininterrupta (DELEUZE, 2010), portanto diferente do poder disciplinar que se exercia dentro do limite de cada instituição. Desta forma, a partir de uma sociedade de controle, a identificação de uma centralização do poder se torna de certa forma invisibilizada e flexibilizada. O dissolvimento das amarras institucionais produz uma sensação de ausência da autoridade, como a do pai, do chefe, do professor, do grande líder político, do oráculo intelectual, de uma força suprema divina, de uma soberania das instituições disciplinares.

[...]na sociedade disciplinar havia em cada instituição práticas isoladas, enfatizando aspectos isolados do ser humano, como a loucura, as relações familiares, o estudo, o trabalho. Na sociedade de controle os muros institucionais caem e a vida como um todo é organizada no campo social. (MOURA, 2007, p.59)

A dissolução dos limites institucionais promove um tensionamento sobre os regimes de verdades estabelecidos. Se existe nesse movimento uma dissolução, um descentramento das instituições, há também um descentramento, um tensionamento sobre construções de verdades que sustentavam e eram sustentadas dentro dessas dinâmicas de operação. Diante desse fato, o que se vislumbra é a possibilidade de corrosão dos limites de verdades até então consideradas universais, portanto naturalizados e inerentes à condição humana. Se a vida contemporânea é marcada pela fluidez e pela superprodutividade, onde os estímulos/respostas precisam cada vez mais acompanhar a velocidade e a dinâmica social, é inevitável que a produção da “verdade” se torne algo mais modular, consequentemente mais difícil de produzir hegemonias rígidas e duráveis.

Nesse sentido, a flexibilização produzida na maneira de funcionamento dessas formas hegemônicas de poder, de verdade e de autoridade cria uma sensação de vazio. Com isso não estamos querendo dizer que desapareceu o papel da autoridade e das soberanias das instituições. A família não deixou de ser família, a escola não deixou de ser escola, a igreja não deixou de ser igreja, os parlamentos, os hospitais, os laboratórios não deixaram de ser o que são, mas, em um processo onde os limites institucionais estão sendo diluídos, o

Ensaio de desfazimento e clamores por ordenamento: uma reflexão sobre o tensionamento moral entre a escola e a família

papel hegemônico e universal das instituições capaz de organizar, dar sentido e funcionamento a toda uma dinâmica social sofre alterações e transformações de efeitos ainda imprevisíveis.

O controle contínuo e a comunicação instantânea permitiriam que se exercesse uma ação sobre o indivíduo prescindindo dos muros que não o deixavam escapar à visão. Nestas condições, a sociedade disciplinar se encontraria em crise [...]. (MOURA, 2007, p.63)

Em meio a incerteza desse vir a ser, o tensionamento e a transição desses regimes de verdade e de poder, a flexibilização e a fluidez que atravessam desarticulando o território das instituições de confinamento fazendo, assim, com que umas permeiem e interfiram nas outras criam um campo onde há um chamamento para a ordem, para o limite, para o retorno de um modelo perdido de organização que: faz emergir como antídoto para esse estado caótico uma força reativa moralizadora. Se a sociedade de controle é o aprimoramento das práticas disciplinares no que diz respeito à captura desse sujeito dentro de uma economia de poder, as modulações produzidas nos regimes de verdade nos permitem encontrar espaços, mesmo que curtos, para criar possibilidades de escape. É dentro dessas possibilidades de transgressão que uma força moral se vê ameaçada e busca reivindicar um reordenamento em torno de uma verdade, de um modelo, universal.

Essa lógica do controle, então, se por um lado modula e cria flexibilizações buscando uma economia de poder na produção desse sujeito. Por outro lado, como uma espécie de efeito colateral, essas modulações estremecem as fronteiras institucionais e os regimes de verdade inseridos dentro delas. O que faz com que uma via moral reaja e, diante desse dissolvimento dos limites institucionais, tente criar um grande e homogêneo corpo social onde sua legitimidade, seus valores, suas concepções de verdade, transbordem e se estendam para as demais instituições. É nesse sentido, por exemplo, que a família tradicional enquanto instituição reivindica o direito de educar seus filhos estabelecendo uma ofensiva e tentativa de domínio sobre a escola. Assim, posições como a dos defensores de um ensino domiciliar, a ofensiva de setores fundamentalistas do governo contra o modelo de educação vigente e o avanço sobre as instituições escolares de um discurso calcado na ordem, na preservação dos bons costumes e de uma moral familiar tradicional evidenciam o dissolvimento dos limites e fronteiras institucionais e o tensionamento que esse campo de

disputa pelo poder, pelo direito e pela legitimidade de exercer domínio sobre determinado campo. Serão sob esses indícios que nos dedicaremos nas próximas seções.

2. A moral: jardim do Éden da família tradicional

O modelo de família tradicional criado no mundo ocidental, atravessado e composto por todo um conceito moral, cristão e patriarcal, é um dos núcleos sociais mais fortes na constituição e na formação dos indivíduos. É dentro da família onde há a transmissão de toda uma série de valores aos que chegam, integrando-os socialmente ao núcleo familiar. Desta maneira, existe toda uma série de dispositivos que produzem esse sujeito, todo um conjunto de regras, de normas, de disciplinamentos que atuam dividindo, compondo, hierarquizando e definindo modos de atuação e de produção dentro da família. “A instituição familiar está imersa em um processo de normatização que cria um universo simbólico em torno de um discurso hegemônico do que é considerada uma família ideal” (PEREIRA; SCHIMANSKI, 2013, p.165).

Neste cenário, afirmar a não existência de um modelo ideal de família seria incoerente. Assim, parece correto apontar que o modelo de família na sociedade atual se caracteriza como ‘boa’, ‘certa’ e, finalmente, ‘estruturada’. Deste modo, as famílias que não se enquadram nos moldes tradicionais e idealizados são consideradas famílias ‘desorganizadas’ e ou ‘desestruturadas’. (PEREIRA; SCHIMANSKI, 2013, p.164)

Podemos buscar entender a construção e a sustentação de um modelo ideal de família a partir do peso e da valoração moral que é infligida sobre ele. Uma vez que, talvez seja a moral o dispositivo que mais amarre e sustente o funcionamento da família enquanto instituição. Desta forma, o respeito à hierarquia, a aceitação do lugar dentro do núcleo, a sujeição diante de determinadas práticas de coerção dão um panorama do tanto que a moral atua acomodando e mantendo o disciplinamento aceitável de forma dócil. Não só isso, um olhar sobre uma perspectiva moral da família nos ajuda a entender os limites e as fronteiras de uma ideia de pureza, de um modelo tradicional que deve ser preservado em cima da execração de tudo que faça brotar o que é múltiplo, o que é diferente, o que é potente.

Na “Genealogia da Moral”, Nietzsche (1998) fala que a noção do que era “bom” e do que era “ruim” tinha uma relação com um valor autodeterminado de uma aristocracia que se afirmava como tal, ou seja, havia a construção de um valor em si mesmo. O homem considerava-se bom em si mesmo e não se envergonhava disso, muito menos carecia de um

Ensaio de desfazimento e clamores por ordenamento: uma reflexão sobre o tensionamento moral entre a escola e a família

“outro” para afirmar-se como tal. A relação de “bom” e de “ruim” como sinônimo de “não egoísta” e “egoísta” ganha forma com o declínio da desses valores aristocráticos. Será, posteriormente, com a inversão do valor de “bom” e de “ruim”, por uma via moral, como se estivesse relacionado a um “fazer o bem” ou “fazer o mal”, que todo um modelo de padecimento, de sofrimento, de expiação e de deslocamento de si será incorporado como algo “bom”. Enquanto aquele que se orgulha de estar completo e feliz consigo. A este, será relegado um valor negativo, “ruim”.

Enquanto toda moral nobre nasce de um triunfante Sim a si mesma, já de início a moral escrava diz Não a um “fora”, um “outro”, um “não- eu” – e este Não é seu ato criador. Esta inversão do olhar que estabelece valores – este necessário dirigir-se para fora, em vez de voltar-se para si – é algo próprio do ressentimento: a moral escrava sempre requer para nascer um mundo oposto e exterior, para pode agir em absoluto – sua ação é no fundo uma reação. (NIETZSCHE, 1998, p.29)

O belo, o livre, o fluído, o que dança, tudo aquilo que pulsa e faz pulsar, tudo isso que era sinal de nobreza a partir de determinado momento foi elevado a uma condição “ruim”, maldosa, pecaminosa. A castidade, a ordem, o sofrimento, a miséria, em contra partida, tornaram-se valores auspiciosos para aqueles que almejam a pureza. Deste modo, desfazer-se de si, reduzir-se no mundo e na vida, tornaram-se, então, valores condicionados a uma “bondade”. A inversão desses valores estará associada, também, com a construção de uma má consciência. Esta por sua vez, responsável por compor um cenário de culpa em determinadas ações que tomamos ou posturas que assumimos, ou seja, a construção dessa má consciência nos tira, ou esvazia nossa condição humana, instintiva, natural e insere uma série de cortes e limites que nos amortecem e nos moldam enquanto sujeitos (NIETZSCHE, 1998). A má consciência e a culpa assentam o homem no terreno das ilusões. Iludir-se é, então, melhor que tomar posse de si.

Esse efeito anestésico nos condiciona a um olhar fixo para o altar, faz nos esquecer das condições de possibilidades da vida em uma sociedade que transita para o controle. Nessa sociedade “obesa”, o que pesa não é somente a intensidade produtiva a qual somos esgarçados, há um peso grande, também, de moral, de má consciência e de culpa. Somos os filhos de Prometeu e, assim como tal, ininterruptamente temos nosso fígado devorado pela grande águia. A diferença, pois, é que Prometeu foi aprisionado no monte Cáucaso na condição de castigado pela ousadia de roubar o fogo dos deuses para

entregar aos homens. Já, nós, seus herdeiros, estamos presos ao nosso Cáucaso de cada dia por vontade própria. Por covardia, renegamos o fogo da vida para de joelhos servir incondicionalmente sobre as estruturas podres desse altar.

Vejo a má consciência como a profunda doença que o homem teve de contrair sob a pressão da mais radical das mudanças que viveu – a mudança que sobreveio quando ele se viu definitivamente encerrado no âmbito da sociedade e da paz. (NIETZSCHE, 1998, p.72)

A criação da ideia de um homem responsável capaz de domínio sobre si e de domínio sobre seu destino passa pela criação de uma memória e de um passado geralmente marcados pela dor e pelo sofrimento. Será sob a égide de uma repetição de algo aterrorizante, que esse homem responsável se manterá reto e fiel em sua retidão. É dessa maneira, sob a presença ininterrupta de uma memória e sob as promessas de um futuro, que o homem criado dentro do instante é transportado para o vazio, para o nada (NIETZSCHE, 1998). Esse “instinto de liberdade reprimido, recuado, encarcerado no íntimo, por fim capaz de desaforar-se somente em si mesmo: isto, apenas, isto, foi em seus começos a má consciência” (NIETZSCHE, 1998, p.75) e será através desta que todas as possibilidades e potências de vida serão jogadas contra o próprio homem. Este homem que agora se envergonha de si, pois tem uma memória e um passado para lhe lembrar. Este homem que agora clama pelo sofrimento e pela dor, como se fossem esses os caminhos para as promessas de futuro. Este homem sério, este homem responsável, é o homem mecanizado da despotência, é o homem que em nome de sua retidão despreza a vida que brota, reluz e faz luzir pelas margens, pelas marcas, pelas rachaduras dessa estrada. É o homem que em nome da promessa, priva-se do frescor, dos gostos e dos cheiros dos afetos, que envenenado pela covardia, agoniza nos desertos ascéticos de sua má consciência. Esse homem vazio, esse homem aficionado pelo nada, esse homem enojado de ser o que se é, esse homem, que nega seus instintos, que rejeita suas possibilidades de desvios, que despreza a força de um instante: é o homem do auto controle e do controle, carrasco de si, que molda-se a seus iguais, seres igualmente doentes, e que constrange os demais a se tornarem imagem e semelhança pelo poder da culpa.

Será sobre o peso dessa má consciência, o peso de uma culpa, que as hierarquias familiares tradicionais estarão sustentadas. A formação de uma má consciência, a introjeção da culpa, associadas ao temor pelos nossos ancestrais compõem todo um cenário moral expandido e muito bem difundido pelo cristianismo, que atua disciplinando e docilizando os

sujeitos dentro da instituição familiar. Se o poder disciplinar incide sobre o indivíduo moldando este corpo dentro de uma economia de poder (FOUCAULT, 2014). A moral dentro da família atua como um instrumento fixador que incide sobre os indivíduos na medida que cria, através da culpa, mecanismos que o faz aceitar docilmente as ações disciplinadoras e normatizadoras como algo inerente a sua natureza.

Embora a diversidade na formação familiar esteja clara na contemporaneidade, as normas e regras estipuladas não deixaram de existir. Ao não conseguir encontrar o equilíbrio entre as normas “ideais” e a flexibilidade e mudança, persiste a construção do modelo hegemônico e tradicional de família, bem como a reivindicação social de tal modelo. A instituição familiar está imersa em um processo de normatização que cria um universo simbólico em torno de um discurso hegemônico do que é considerada uma família ideal. (PEREIRA; SCHIMNSKI, 2013, p.165)

A família tradicional por mais que tenha sido constituída em bases morais que nos fecham para possibilidade de construir outras formas de organização, outras formas de existência, por mais, que o medo, a covardia, a hierarquia e o castigo pesem sobre nossas cabeças: a inversão moral de valores estabelecidos, fazem-nos, ainda, crer que é este território, este modelo, um lugar seguro, um verdadeiro Jardim do Éden. É sob essa crença que a vida, com suas múltiplas possibilidades e com seus intermináveis devires, transforma-se no fruto proibido que jamais deverá ser provado. Sob a promessa do paraíso, relegamos a própria vida. A pureza deve ser preservada, as ordens devem ser cumpridas, e tudo aquilo que ameace toda essa lógica de funcionamento deve ser mantido à distância.

2.1. As fronteiras se dissolvem: estruturas que trepidam

As mudanças nas maneiras e nas formas de relacionar-se no campo do trabalho, no campo econômico, social e da moral propiciaram transformações de atuação das relações de forças e de regimes de poder dentro da instituição familiar. E não só isso, propiciaram também a emergência de outras e diferentes formas de composições e formações familiares como, por exemplo, formações monoparentais, homoafetivas, poliafetivas, entre outras. O modelo tradicional da família tem sua hegemonia “furada”, atravessada por uma série de outras questões que agora continuamente não mais podem ser separadas do convívio e do espaço familiar. Cabe aqui a nós, diante dessas mudanças, observar a relação, a disputa, o entrelaçamento, o embaralhamento entre o modelo de família tradicional e a escola.

Se soberanamente dentro do espaço familiar exerce-se a transmissão de determinados valores associados à família e à sociedade em que se vive, a escola enquanto instituição estaria originalmente preocupada em transmitir saberes capazes de formar indivíduos aptos para o convívio na sociedade os quais estarão inseridos. Claramente, se a família enquanto instituição teve sua soberania penetrada por questões que antes não faziam parte de seu espectro de atuação. A escola nesse sentido não estaria ileso a esse processo. Existem acontecimentos e demandas que chegam e atravessam as instituições escolares e que vão além, muito além, do que a transmissão de saberes e a formação de sujeitos. Notadamente, diante da fluidez que acomete as instituições disciplinares, os limites entre o que cabe a uma ou a outra instituição se tornaram em certa medida difíceis de delimitar. Diante da emergência de uma sociedade de controle onde cada vez mais a continuidade dos acontecimentos se dá de forma extensiva, para além-fronteiras, fica difícil compreender e medir onde começa e onde termina o domínio de determinada instituição. Perante essas novas dinâmicas sociais, vemos a escola exercer um protagonismo nesse processo quando, além das questões relacionadas ao dia a dia escolar, assume responsabilidades que antes eram restritas ao ambiente familiar.

Como as demais instituições, família e escola passam por mudanças que redefinem sua estrutura, significado e papel na sociedade. A escola de hoje não é apenas um espaço onde são desenvolvidos conteúdos e habilidades, é, também, o cenário responsável pela formação política e ética de quem utiliza seus serviços. É o ambiente que recebe todos os tipos de problemas sociais, que são reflexos de nossa condição humana. (HALA; MORAIS, 2014, pp.02-03)

A escola tem se colocado e atuado muita das vezes como um extensão da família. Nessa conjuntura, por exemplo, não é incomum vermos discursos e propagandas de escolas que evocam características que remetem a um convívio familiar como uma virtude, um diferencial dessas instituições de ensino. Portanto, mais que cuidar, a escola acaba assumindo muita das vezes o papel de uma educação que antes era de domínio exclusivo da família.

Por mais que em uma lógica de controle os mecanismos de poder assumam um caráter contínuo, horizontal e extensivo (DELEUZE,2010), por mais que essas modulações dissolvam fronteiras antes bem delimitadas dentro de uma lógica disciplinar de sociedade, a formação desse modo contínuo de operação das tecnologias de poder nas instituições não necessariamente reflete numa forma pacífica de composição. Existem disputas,

Ensaio de desfazimento e clamores por ordenamento: uma reflexão sobre o tensionamento moral entre a escola e a família

tensionamentos, choques de forças dentro desse processo. A própria diluição dessas fronteiras institucionais gera instabilidades, deixa o solo, no qual estamos acostumados a pisar, movediço e abre um campo de incertezas para o futuro. A confusão de legitimidade de quem teria o domínio sobre a educação dos indivíduos é um ponto importante que marca esses processos de dissolvimento das purezas institucionais. Como é o caso da escola e da família.

A escola ainda dentro de uma lógica disciplinar tem sido atravessada por uma série de linhas e acontecimentos que até então fugia de sua visibilidade. Questões de raça, de classe, de gênero, por exemplo, têm atravessado os muros da escola e têm produzido singularidades e desarticulado de certa maneira formas de operação e de organizações espaciais, típicas de instituições disciplinares. Diante da incapacidade de refratar o que escapa a uma incisão da disciplina nesse espaço, a escola vem “acolhendo” o que estas linhas têm produzido, não por benevolência, mas como a possibilidade de ainda manter seus domínios sobre os sujeitos. Criam-se formas de escape, criam-se também novas técnicas de assujeitamento, mas o fato é que a escola, na medida em que cresce e infla fatalmente está tentada a virar uma outra coisa. Do lado da família, do modelo tradicional de família, existe uma tentativa maior de preservar um estado de pureza, um estado originário.

Tais segmentos reivindicando a preservação de determinados valores, frutos de uma perspectiva cristã, tendem a considerar uma série de mudanças ocorridas na sociedade brasileira como uma espécie de ameaça. Nesse sentido, não são poucas as afirmações de que “a família está ameaçada”, “a sociedade vive uma crise de valores”, e que existem segmentos sociais que são “inimigos da moral e dos bons costumes”, portanto, da “família”. Esta última compreendida como “célula mater”, instituição estabelecida por Deus e, portanto, princípio vital do mundo social. Por isso, qualquer arranjo que fuja ao modelo hegemônico tende a ser rechaçado e combatido. (OLIVEIRA; DUQUE, 2016, p.148)

No âmbito desse tensionamento entre escola e família, existe, por parte daqueles que prezam pela manutenção da unidade familiar tradicional, o medo de seus filhos estarem expostos à “impureza” dentro das instituições escolares. Seja, isso, pelo risco da perversão pela convivência com a diferença, pois cada vez mais a escola cresce na incorporação de segmentos e setores da população que até então estiveram à margem. Ou, pelo risco da perversão pelo saber, pelo conhecimento, pelo que é ensinado na escola. A reivindicação por um controle maior sobre o que se passa na escola, ou mesmo até pelo direito de assumir

o papel da escola passa muito pela compreensão de que os filhos destas famílias teriam a sua pureza, a sua ingenuidade usurpada.

Nietzsche (1998) diz que quanto mais uma comunidade aumenta a consciência sobre si e conseqüentemente seu poder, mais é possível relevar eventuais ações de desvios, pois, nesse contexto, a unidade comunitária se mostra tão forte, que eventuais desvios não ocasionam algum risco a essa organicidade comunitária. Em contrapartida, quanto mais esse poder da comunidade é minorado e fragilizado, mais os atos de desvios que possam eventualmente surgir são causadores de forte temor, tendo em vista que podem colocar em risco essa unidade. Fazendo um paralelo com essa fala de Nietzsche, a atualização de uma sociedade pensada dentro de uma tecnologia disciplinar de poder para outra lógica típica de uma sociedade de controle coloca essa unidade comunitária em um estado de alerta diante dos desvios que venham a surgir. Pois, se estamos em vias de uma sociedade de controle é porque o que se produziu em termos de desvios dentro da sociedade disciplinar começou a produzir risco a essas unidades comunitárias.

O ponto interessante é que: se uma tecnologia de poder de controle é uma nova forma de captura, esta ao mesmo tempo vem produzindo um dismantelamento das instituições disciplinares, o que, fatalmente, leva-se a crer que estas estão fadadas a vir a ser outra coisa. É o que de alguma forma estamos tentando mostrar aqui com relação à escola. Nessas condições, o terreno que pisamos se torna movediço, a angústia diante da incapacidade de fabular um futuro possível e confiável nos atormenta. Processos violentos, destrutivos, corrosivos colocam inevitavelmente e contraditoriamente o homem diante do homem. A transição, esse entre uma coisa e outra, é sempre uma possibilidade de escape, de produção, de invenção de um outro ser, de um outro lugar, mas, diante do caos, diante do cheiro de terra, suor e sangue, as promessas de ordem parecem à única coisa para se agarrar àqueles que atônitos tateiam no escuro.

Nietzsche (1998) fala da criação dos ideais ascéticos e de como sua atuação põe a vida contra a vontade de viver. A culpa e o ressentimento fazem o homem temer a vida, suas mudanças, seu movimento. Desta forma, este homem envergonhado, entorpecido, diminuído, reduz a multiplicidade de sentidos, de interpretações e de possibilidades a um sentido e a uma condição originária, ilusória que se sobrepõe ao presente, à vida que acontece aqui e agora. A promessa de se alcançar esse estado de pureza, livre dos

atravessamentos e descontinuidades da própria vida, reduz a potência de nossa própria existência a uma obrigação burocrática. É justamente esse estágio de frieza, de quase hibernação, de tédio, que faz com que a condição de servidão, obediência e castidade do homem seja conservada e que o próprio homem acolha, suporte e aceite essa posição inferiorizante.

Diante dessas mudanças e da impotência de contê-las, setores conservadores vêm reagindo fortemente exigindo um realinhamento, exigindo ordem. Alimentados por sua própria fraqueza e impregnados pela sede de vingança, estes defensores dos valores da família tradicional começam a erguer uma verdadeira cruzada. Só que em vez dos mouros, o inimigo agora é o conhecimento, a escola e a diferença que insiste em brotar.

2.2. A insurgência dos ressentidos

Como já viemos até aqui tecendo sobre a constituição de uma moral a partir da inversão de valores (“bom” e “ruim”), da criação de uma má consciência e de uma ideia de internalizada de culpa. Nietzsche (1998), nesse momento, fala de uma revolta das forças escravas, revolta esta que se daria pela incapacidade de ação, ou seja, pela impotência de agir. Logo, seriam essas forças escravas uma força reativa fermentada na vingança e que por isso precisa de um outro, da constituição de um inimigo para se fazer superior.

[...] perguntemo-nos quem é propriamente “mau”, no sentido da moral do ressentimento. A resposta, com todo o rigor: precisamente o “bom” da outra moral, o nobre, o poderoso, o dominador, apenas pintado de outra cor, interpretado e visto de outro modo pelo olho de veneno do ressentimento. (NIETZSCHE, 1998, p.32)

Há, nesse sentido, uma insurgência de ressentidos. Daqueles que perderam privilégios, que se incomodam com a diferença, pois é ela que faz explodir na cara desses a sua própria fraqueza, a sua incapacidade e temor para a vida. Há uma insurgência de ressentidos na medida em que visam retomar um lugar de hegemonia que acreditavam lhes ser de direito. A criação do até então inédito Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (2019), comandado pela pastora Damara Alves é um exemplo dessa força reativa. Auto intitulando-se como “terrivelmente cristã”, no seu discurso de posse, entre outras coisas, a ministra colocou como desafio “acabar com o abuso da doutrinação ideológica” (CARVALHO; VALENTE, 2019). Em tom semelhante, o então presidente Jair Messias

Bolsonaro no seu discurso de posse proferiu: “Podemos, eu, você e as nossas famílias, todos juntos, reestabelecer padrões éticos e morais que transformarão o Brasil” (PRESIDENCIAL, 2019). Parece claro que, para além de uma pauta político partidária, existe a ofensiva de uma moral que é constituída a partir dos valores de um modelo tradicional de família.

Existe, hoje, por trás de toda tensão política que permeia o debate sobre a escola e sobre o futuro da educação, uma guerra moral. Não basta garantir o controle sobre os assuntos, as atividades, as convivências dentro da escola. Não basta garantir, se é que existe, a pureza das crianças e dos jovens. É preciso derramar através das palavras, ações, mecanismos de disciplina e de controle, doses e mais doses de ácido moral. É preciso constranger, corroer, apagar tudo aquilo que põe em risco a sobrevivência da família e principalmente a moral que a sustenta e reafirmar o caminho da verdade. Uma das ações que demonstram essa reatividade que tenta colocar limites sobre a escola é o movimento pelo ensino domiciliar. Em entrevista à jornalista Andréia Sadi, a então já empossada ministra Damares Alves teria dito:

Veja só: Na educação domiciliar, o pai vai poder gerenciar, inclusive, conteúdos. O pai vai poder estar junto com o aluno, com o filho, acompanhando o conteúdo, acompanhando o material didático. Outra coisa que todo mundo fica perguntando: e este material didático? O pai vai ter acesso a este material didático, que vai ajudá-lo a dar a aula em casa. Não é uma coisa solta, perdida. Vai ter logo no mercado material que vai orientar o pai como aplicar a educação para o menino de 4 anos, de 5, de 6... (Damares Alves em entrevista ao G1,25/01/2019)

O interesse e a defesa do ensino domiciliar na fala da ministra da família evidência bem o avanço na tentativa de se colocar limites à escola, como, também, a tentativa de estender a autoridade familiar sobre todo processo educativo das crianças e jovens. Essa posição é corroborada pela ANED (Associação Nacional de Educação Familiar) quando em seu site define o conceito de ensino domiciliar da seguinte formaⁱⁱ:

A Educação Domiciliar ocorre quando os pais assumem por completo o controle do processo global de educação dos filhos. Vamos explicar melhor: É senso comum que os pais são os responsáveis por educar os filhos em primeira instância. Desde que a educação escolar se tornou obrigatória, a nossa sociedade fez uma espécie de divisão de papéis. Os pais ou responsáveis deveriam ter a responsabilidade de ensinar valores, costumes, hábitos, moral e crenças, ou seja, eles fariam uma parte da educação dos filhos. A outra parte, que seria o que chamaremos aqui de educação acadêmica, ou instrução formal, ficaria a cargo de instituições próprias, que chamamos escolas

Em outras palavras, os pais contratam ou delegam essa parte da educação dos filhos a profissionais que supostamente estariam mais capacitados para esse tipo de ensino, ou seja, os pais terceirizam essa parte da educação dos seus filhos.

Ensaio de desfazimento e clamores por ordenamento: uma reflexão sobre o tensionamento moral entre a escola e a família

Portanto, a Educação Domiciliar é uma modalidade de educação, na qual os principais direcionadores e responsáveis pelo processo de ensino-aprendizagem são os pais do educando (aluno). (ANED)

A pauta do ensino domiciliar em um governo conservador como o atual demonstra bem a reação desses setores em nome de valores da família. A escola, para estes, tornou-se local de ameaça, de subversão, de perversão. É preciso, pela culpa, pelo esvaziamento de sentido, ou pela imposição de um sentido verdadeiro imutável, ou ainda pela inversão ou redirecionamento desses sentidos e forças, retomar o controle. O dissolvimento de instituições disciplinares, como é o caso da família e da escola, faz com que seja aberto um espaço em que as instituições misturam-se umas nas outras. E como reação a esse processo, observa-se movimentos como esses: de retorno a uma ordem, com limites e hierarquias determinadas, de tentativas de manutenção e preservação de uma célula originária.

A transição para uma sociedade de controle vem também de uma noção de redimensionamento de questões espaciais. É possível estar em casa e em outro país, em outra casa, em outro lugar, de forma contínua e simultânea. Logo, o controle por vias organizativas, hierárquicas, soberanas e disciplinares do espaço não mais dá conta de manter a pureza, mais ainda, não dá conta de manter uma noção de verdade essencializada de família. Perde-se, assim, a noção de quem tem autoridade sobre determinado assunto. O estado, a família, a escola, o trabalho, tornam-se um braço do outro, uma espécie de corpo monstruoso de infinitos olhos, infinitas bocas, infinitas cabeças, onde esse controle se exerce exatamente pela autovigilância de cada célula desse hiperorganismo social.

A família, a escola, o exército, a fábrica não são mais espaços analógicos distintos que convergem para um proprietário, Estado ou potência privada, mas são agora figuras cifradas, deformáveis e transformáveis, de uma mesma empresa que só tem gerentes. (DELEUZE.2010, p.224)

Essa sociedade de controle emerge na perspectiva de cooptar toda a emergência de uma multiplicidade de forças e formas de ser e estar no mundo que a rigidez disciplinar e fronteirística das instituições já não conseguia dar conta. Logo, na modulação e produção de seus movimento, dissolve limites e faz inchar as instituições disciplinares e nesse engendramento simultâneo atual que faz das instituições hiper-instituições e dos sujeitos, hiper-sujeitos. Carregamos, assim, o peso dos múltiplos membros, órgãos e organismos, para dar conta da sua produtividade diária.

Enquanto os faróis do futuro permanecem apagados. O caos dessas noites escuras faz brotar na alma dos covardes um sentimento nostálgico de regresso à terra prometida, uma vontade quase sádica por ordem, disciplina e limites. No bojo desse furacão de mudanças, as instituições modernas tentam se agarrar aos seus princípios e valores, tentam assim sobreviver à corrosão de suas próprias cercas. Nesse cenário, a família tradicional reivindica um protagonismo perdido, invocam limites, invocam o nome de Deus, invocam o retorno da verdade única e centrada capaz de estabelecer a ordem e a paz. A busca pelos valores tradicionais da família é a busca, também, pelo retorno a um estado de pureza. Nesse sentido, não estamos falando mais somente de inimigos políticos e ideológicos a serem enfrentados, estamos falando de um outro que precisa ser expelido, extirpado, banido, coagido. É preciso fazer esse outro envergonhar-se de si.

O ensombrecimento do céu acima do homem aumentou à medida que cresceu a vergonha do homem diante do homem. O olhar pessimista enfastiado, a desconfiança diante do enigma da vida, o gélido Não do nojo da vida – estas não são características das épocas de maior maldade do gênero humano: como plantas pantanosas que são, elas surgem apenas quando há o pântano que necessitam – refiro-me à moralização e ao amolecimento doentios, em virtude dos quais o bicho “homem” aprende afinal a se envergonhar de seus instintos. A caminho de tornar-se “anjo” (para não usar palavra mais dura) o homem desenvolveu em si esse estômago arruinado e essa língua saburra, que lhe tornaram repulsivas a inocência e a alegria do animal, e sem sabor a própria vida [...] (NIETZSCHE, 1998, pp. 56-57)

A repulsa pela própria vida, a preservação de um estado de essência, a impossibilidade de lidar consigo mesmo, o clamor pela ordem são todos um conjunto de fissuras que possibilitaram que essas forças escravas brotassem e fizessem surgir um exército de ressentidos. A moral e as promessas de terra firme constituem mecanismos que adestram e petrificam os sujeitos, são como os olhos da medusa atuando sobre si e sobre o outro. A submissão e a petrificação desse sujeito dão-se não só pela incapacidade de tomar posse da própria vida, mas, também, pela constituição de uma má consciência que associada à culpa reduz nossa potência de devir. A moral, a má consciência e a culpa colocam o homem contra si, afasta-o de seus instintos, de sua vontade de vida. Transforma-o em um escravo do sofrimento, pior, o faz clamar pela dor, pelo castigo, na promessa de livrar-se de si (NIETZSCHE, 1998).

3. Conclusão

Ao final desse texto podemos apontar diante do que foi exposto que as modulações produzidas por uma tecnologia de controle “furam” a soberania das instituições disciplinares, ao passo que a continuidade e a horizontalidade típica do exercício desse poder desloca a noção de autoridade e de hierarquia. Nesse contexto, abre-se espaço tanto para disputa de hegemonia, quanto para manutenção ou para o resgate de ideários de uma verdade originária e imaculada. É nesse sentido, a partir do pensamento de Nietzsche sobre a construção de uma moral, que buscamos, nesse escrito, travar o debate mostrando como por trás das concepções de verdade, por trás das instituições de confinamento disciplinares, por trás do saber e das tecnologias de poder existe uma construção moral que sustenta e alimenta essas relações.

É sob a égide de uma moral, de um ideal originário de pureza, diante, também, da perda de legitimidade, que setores da sociedade – mais especificamente setores alinhados a valores tradicionais da família – estão tentando expandir seus tentáculos sobre outras instituições (no nosso caso em particular a escola) buscando impor domínio e limites sobre suas atuações. O dissolvimento das fronteiras disciplinares abre espaço para a disputa e expansão de domínio e é por vias de uma moral que as bases institucionais tentam segurar-se e reorganizar seus limites.

A transformação das instituições, do sujeito, não nos dá estabilidade. E é no campo da incerteza que a moral atua fazendo da pequenez, da mediocridade uma grande virtude, é nesse exato momento que esse sujeito cansado, temeroso, desacreditado tenta enganar a si mesmo sobre o quanto carregar esse peso o faz um ser virtuoso e o quanto isso lhe garantirá um futuro próspero. Existe uma moral, portanto, que promete alívio das dores, alívio para este cansaço, alívio para esta lida consigo mesmo. É essa promessa, esse sedativo da alma, que faz com que essa moral abra caminho para que essas forças escravas saiam de dentro dos cultos, de dentro do núcleo familiar, de dentro dos parlamentos e se esparramem, consumindo e tomando conta de outros espaços. Com isso não queremos dizer que a escola é um espaço livre da moral, de coerções e de assujeitamentos. Mas, trata-se de entender o quanto a escola se tornou protagonista e como isso gerou uma massa de ressentidos dispostos a retomar um espaço que acreditam ser de direito. Diante da

confusão, do tumulto, existe uma tentativa de impor limites, mais que isso, existe uma disputa para quem tem o direito de impor, de agenciar e de conduzir o rebanho.

Referências

ANED. Quem somos. Disponível em: < <https://www.aned.org.br/educacao-domiciliar/ed-sobre/ed-conceito> > Acessado em: 15 de março de 2019.

CARVALHO, Daniel; VALENTE, Rubens. Acabou a doutrinação de crianças e adolescentes, diz Damares em posse. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 02 jan. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/01/acabou-a-doutrinação-de-crianças-e-adolescentes-diz-damares-em-posse.shtml>> Acessado em: 21 de janeiro de 2019.

DELEUZE, Gilles. **Conversações (1972-1990)**. Trad. Peter Pál Pelbart, São Paulo: ed.34, 2ªed.2010.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). Trad. Maria Ermantina Galvão – São Paulo: Martins Fontes, 4ªed (coleção tópicos). 2005.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 42ªed., 2014.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Organização, Introdução e Revisão Técnica de Roberto Machado. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 6ª ed., 2017.

HALA, Silvana, C. de L.; MORAIS, Carlos W. J. Relação família e escola: uma parceria que dá certo. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. **O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense, 2010**. Curitiba: SEED/PR, v.1, 2014, p.1-11.

MOURA, João Clemente A. Quaresma de. **O poder na obra de Foucault e as estratégias do contemporâneo**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da moral**: uma polêmica. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

OLIVEIRA, Esmael Alves de; DUQUE, Tiago. **Políticas do corpo, políticas da vida**: uma análise sobre o estatuto da família no Brasil. Revista *Ñandut*, v.4, n.5, 2016, p. 132-153.

PEREIRA, Claudia Morais e Silva; SCHIMANSKI, Edna. Família, gênero e novas configurações familiares: um olhar sobre a mulher e a condição de pobreza. **Revista Magistro**, v.8, n.2, 2013, p.163-179.

PRESIDENCIAL, Leia a íntegra do discurso de Bolsonaro após receber a faixa. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 01 jan. 2019. Disponível em: <

Ensaio de desfazimento e clamores por ordenamento: uma reflexão sobre o tensionamento moral entre a escola e a família

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/leia-a-integra-do-discurso-de-bolsonaro-apos-receber-a-faixa-presidencial.shtml> >. Acessado em: 21 de janeiro de 2019.

SADI, Andreia. Damares: educação domiciliar permite a pais “ensinar mais conteúdo do que a escola”. **G1**. 25 jan. 2019. Disponível em: < <https://g1.globo.com/politica/blog/andreia-sadi/post/2019/01/25/damares-educacao-domiciliar-permite-a-pais-ensinar-mais-conteudo-e-gerenciar-aprendizado.ghtml> > Acessado em: 10 de março de 2019.

Notas

ⁱ Esse texto é resultado de uma pesquisa de mestrado realizada no Programa de Pós-graduação em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (PPGED/UFS).

ⁱⁱ Essas informações podem ser acessadas e visualizadas no site: << aned.org.br>>

Sobre os autores:

Lucas De Oliveira Carvalho

Mestre em educação pela Universidade Federal de Sergipe(2020). Graduado em história pela Universidade Tiradentes (2010). Membro do Grupo de Pesquisa em Educação, Cultura e Subjetividades (GPECS/UFS/CNPq). E-mail: lucas.historiando@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0826-4567>

Dinamara Garcia Feldens

Possui licenciatura em História (1996), Mestrado e Doutorado em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos UNISINOS (1999). Durante o doutorado realizou estudos e pesquisas com bolsa MTC/ CNPq na Universidade da Sorbonné - Paris V, França, na área de Educação, antropologia do corpo e Filosofia. Coordena o Grupo de Pesquisa Educação, Cultura e Subjetividade (GPECS/UFS/CNPq). É pesquisadora e professora da Universidade Federal de Sergipe e do Programa de Pós Graduação em Educação na linha de Pesquisa Conhecimento, cultura e educação. E-mail: dfeldens@hotmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6471-3876>

Recebido em: 10/06/2020

Aceito para publicação em: 08/07/2020